

O MONUMENTO



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE MARIANA
Instituído pela Lei 2.972 de 17 de Junho de 2015
Edição nº 1805 de 31 de Agosto de 2021
Autor da publicação: Amanda Gabriela Fernandes Carneiro

Publicações Prefeitura de Mariana

Processo Seletivo: Editais

Processo Seletivo: Editais

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 97/2021

REGIME ESPECIAL (Artigos 61 a 70 da Lei Complementar 194/2019)

(EXTENSÃO DE CARGA HORÁRIA)

A Secretaria Municipal de Educação convoca os servidores **efetivos** da Rede Municipal de Ensino de Mariana, optantes pela LC 194/2019, habilitados para lecionar a disciplina de Geografia, para extensão de carga horária, conforme vaga descrita no Anexo I deste Edital. A seleção para o cargo de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA/ANOS FINAIS - PROFESSOR DE GEOGRAFIA** dar-se-á conforme as diretrizes que regulamentam o *Regime Especial de Trabalho*, sobretudo aquelas definidas no *Artigo 67 e §2 do Artigo 68 da Lei Complementar nº 194 de 06 de Dezembro de 2019*, publicada no diário oficial do Município nº 1196 de 12/12/2019, obedecendo à ordem expressa nestes, para classificação dos candidatos. Portanto, ficam convocados os interessados, a comparecer na **Secretaria Municipal de Educação, situada na Avenida João Ramos Filho, 298 - Bairro Barro Preto**, nesta cidade, para a vaga disponibilizada no quadro constante do Anexo I deste Edital, munidos dos seguintes documentos: Carteira de identidade, CPF, Declaração Comprobatória de Tempo de Serviço expedida pelo departamento de pessoal da Prefeitura Municipal de Mariana. Esta seleção ocorrerá na data e horário constantes no Anexo I deste Edital e em caso de não comparecimento de candidatos habilitados interessados, efetivos na Rede Municipal de Ensino de Mariana, a referida seleção seguirá os critérios constantes do "Processo Seletivo - Edital 001/2018", em Edital próprio.

ANEXO I

Cargo	Vaga	Horário	Data
-------	------	---------	------

Escola Municipal Dom Oscar de Oliveira Cargo: PEB II Anos Finais - Geografia Aulas: 21 Turno: Manhã/Tarde	01	14h00	03/09/2021
--	----	-------	------------

Carlene Ferreira de Almeida

Secretária Municipal de Educação

Mariana, 30 de agosto de 2021.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 98/2021

CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PROCESSO DESIGNAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação informa aos candidatos inscritos na listagem de classificação da designação - 2021, habilitados, para a celebração de contrato temporário no Município de Mariana, que o processo de designação de vaga para contratação temporária para o cargo de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA/ANOS FINAIS - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA** constante no quadro abaixo, seguirá os critérios definidos na Portaria nº 003/2021 e realizar-se-á mediante o seguimento da listagem do Processo de designação online 2021, publicada no diário oficial nº 1683 de 11/05/2021. E em caráter excepcional, devido às medidas temporárias de prevenção, enfrentamento e contingenciamento da pandemia de Coronavírus (COVID -19) a contratação ocorrerá na Secretaria Municipal de Educação, situada na Avenida João Ramos Filho, 298 - Bairro Barro Preto, nesta cidade. Portanto, fica convocada a **CANDIDATA Nº 10 - LIDIANE LÚCIA COSTA LIMA**, a comparecer munida dos seguintes documentos: Carteira de identidade, CPF, Comprovante de residência atualizado (dentro os três últimos meses), Declaração Comprobatória de Tempo de Serviço expedida pelo departamento de pessoal da Prefeitura Municipal de Mariana, Titulações e habilitações, Comprovação de quitação eleitoral. Em caso de não comparecimento na data e horário constantes neste edital, o próximo candidato da listagem será convocado.

QUADRO DE VAGAS

CARGO	Nº VAGA	TURMA/TURNO	DATA/HORÁRIO	ESCOLA
--------------	----------------	--------------------	---------------------	---------------

PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA DISCIPLINA: EDUCAÇÃO FÍSICA	01	14 AULAS MANHÃ/TARDE	03/09/2021 9h	ESCOLA MUNICIPAL PARACATU DE BAIXO (06 AULAS/MANHÃ- ANOS INICIAIS) (08 AULAS/TARDE - ANOS FINAIS)
---	----	-------------------------	--------------------------	--

Carlene Ferreira de Almeida

Secretária Municipal de Educação

Mariana, 31 de agosto de 2021.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 99/2021

CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PROCESSO DESIGNAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação informa aos candidatos inscritos na listagem de classificação da designação - 2021, habilitados, para a celebração de contrato temporário no Município de Mariana, que o processo de designação de vaga para contratação temporária para o cargo de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA/ANOS FINAIS - PROFESSOR DE ARTE** constante no quadro abaixo, seguirá os critérios definidos na Portaria nº 003/2021 e realizar-se-á mediante o seguimento da listagem do Processo de designação online 2021, publicada no diário oficial nº 1683 de 11/05/2021. E em caráter excepcional, devido às medidas temporárias de prevenção, enfrentamento e contingenciamento da pandemia de Coronavírus (COVID -19) a contratação ocorrerá na Secretaria Municipal de Educação, situada na Avenida João Ramos Filho, 298 - Bairro Barro Preto, nesta cidade. Portanto, fica convocado o **CANDIDATO Nº 07 VINÍCIUS ALBERTO DA SILVA**, a comparecer munido dos seguintes documentos: Carteira de identidade, CPF, Comprovante de residência atualizado (dentre os três últimos meses), Declaração Comprobatória de Tempo de Serviço expedida pelo departamento de pessoal, expedida pela Prefeitura Municipal de Mariana, Titulações e habilitações, Comprovação de quitação eleitoral. Em caso de não comparecimento na data e horário constantes neste edital, o próximo candidato da listagem será convocado.

QUADRO DE VAGAS

CARGO	Nº VAGA	TURMA/TURNO	DATA/ HORÁRIO	ESCOLA
PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA - ANOS FINAIS DISCIPLINA ARTE	01	14 AULAS MANHÃ/TARDE/NOITE	03/09/2021 09:15h	E. M. WILSON PIMENTA (08 AULAS/MANHÃ- ENSINO FUNDAMENTAL II). CEMPA (06 AULAS/TARDE E NOITE- FUNDAMENTAL II E EJA).

Carlene Ferreira de Almeida

Secretária Municipal de Educação

Mariana, 31 de agosto de 2021.

Publicações Diversas: Notificações

Publicações Diversas: Notificações

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 03/2021 - CGM - 31 DE AGOSTO DE 2021

Dispõe sobre os procedimentos da tomada de contas especial no âmbito da administração pública Diretas, Indiretas e Fundacional do Município de Mariana/MG, e dá outras providências.

A **CONTROLADORIA GERAL** do Município no uso das atribuições que lhe confere a Lei

Complementar nº 177 de 13 de julho de 2018, a Lei Complementar nº 140 de 15 de maio de 2014 que prevê a sua competência para elaborar e implementar normas, rotinas e procedimentos a serem implantados com vistas ao aprimoramento do sistema de controle interno, considerando o preceito da Constituição Federal de 1988,

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Seção I

Da definição e do objetivo

Art. 1º. Esta Instrução disciplina e regulamenta, no âmbito dos órgãos e entidades das Administrações Diretas, Indiretas e Fundacional deste município, os procedimentos relativos à tomada de contas especial.

Art. 2º. Tomada de contas especial é o procedimento instaurado pela autoridade administrativa competente depois de esgotadas as medidas administrativas internas, com o objetivo de promover a apuração dos fatos, a identificação dos responsáveis e a quantificação do dano, quando caracterizado pelo menos um dos seguintes fatos:

I. Omissão no dever de prestar contas;

II. Falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pela União, pelo Estado ou pelo Município, mediante convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere;

III. Ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos; ou

IV. Prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, de que resulte dano ao erário.

Seção II

Das medidas administrativas internas

Art. 3º. As medidas administrativas internas que precedem a instauração da tomada de contas especial podem constituir-se em diligências, notificações, comunicações ou outros procedimentos devidamente formalizados, destinados a promover a prestação de contas ou o ressarcimento ao erário.

§ 1º. As medidas mencionadas no *caput* serão adotadas e ultimadas em até 180 (cento e oitenta) dias, contados:

I. Da data fixada para a apresentação da prestação de contas, nos casos de omissão no dever de prestar contas ou nos casos de falta de comprovação da aplicação de recursos repassados, mediante convênio, acordo, ajuste ou outro instrumento congênere; ou

II. Da data do evento ou, quando desconhecida, da data da ciência do fato pela autoridade administrativa, nos casos de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos e de caracterização de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, de que resulte dano ao erário.

§ 2º. O procedimento da tomada de contas especial não será instaurado quando, no decorrer do prazo assinalado no § 1º, ocorrer:

I. O recolhimento do débito ou a recomposição dos bens ou dos valores públicos; ou

II. A apresentação da prestação de contas e a sua aprovação pelo órgão ou pela entidade competente.

Seção III

Da competência para a instauração da tomada de contas especial

Art. 4º. A instauração da tomada de contas especial compete, salvo disposição legal ou regulamentar em contrário, a autoridade administrativa, podendo essa competência ser delegada mediante ato formal devidamente publicado.

Seção IV

Da instauração

Art. 5º. Esgotadas as medidas administrativas internas no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias e não apurada a ocorrência de qualquer das hipóteses descritas no § 2º do art. 3º desta Instrução, a autoridade administrativa competente adotará providências com vistas à instauração da tomada de contas especial, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 1º. Caso a autoridade administrativa competente não instaure a tomada de contas especial, a Controladoria Geral, ao tomar conhecimento da omissão, e decorrido o prazo para adoção das medidas administrativas internas, determinará a imediata instauração do procedimento, fixando prazo para o cumprimento da determinação.

§ 2º. Descumprida a determinação a que se refere o § 1º, a Controladoria Geral instaurará, de ofício, a tomada de contas especial, passando a autoridade administrativa competente a responder solidariamente pelo dano ao erário.

Art. 6º. A autoridade administrativa competente encaminhará a Controladoria Geral, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, a relação dos procedimentos instaurados no mês anterior, contendo as seguintes informações:

I. O motivo da instauração da tomada de contas especial;

II. O valor do dano, ainda que estimado; e

III. O valor do contrato, convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere celebrado pelos jurisdicionados, na hipótese de instauração da tomada de contas especial pela ausência de prestação de contas.

Parágrafo Único. A Controladoria Geral informará ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais as tomadas de contas em curso.

Art. 7º. A Controladoria Geral poderá, a qualquer tempo, determinar a instauração da tomada de contas especial, se presentes os pressupostos para a adoção da medida.

Seção V

Da formalização e da instrução da tomada de contas especial nos órgãos e entidades jurisdicionados

Art. 8º. A tomada de contas especial será conduzida por servidores públicos, titulares de cargo ou emprego público, de provimento efetivo, organizados sob a forma de comissão ou mesmo individualmente, competindo-lhes a formalização e a instrução do procedimento.

§ 1º. Os membros da comissão ou o servidor a que se refere o *caput* serão designados mediante expedição de ato formal da autoridade competente, devidamente publicado, e não poderão estar envolvidos com os fatos a serem apurados, possuir qualquer interesse no resultado da tomada de contas especial e nem integrar o Controle Interno, devendo firmar declaração de que não se encontram impedidos de atuar no procedimento.

§ 2º. Os membros poderão compor comissão fixa para condução dos trabalhos, desde que respeitado os preceitos do § 1º deste artigo.

§ 3º. Os membros designados deverão ter afinidade com o objeto de análise da TCE, com o objetivo de dar celeridade e segurança aos trabalhos.

§ 4º. O presidente deverá ser ocupante de cargo do mesmo nível hierárquico ou superior ao do (s) possível (is) responsável (is) pelo dano, bem como o mesmo nível de escolaridade ou superior.

Art. 9º. A tomada de contas especial será realizada com independência e imparcialidade, cabendo à autoridade administrativa competente assegurar os meios necessários ao desenvolvimento dos trabalhos.

Art. 10. O procedimento de tomada de contas especial será autuado e numerado, contendo o ato de instauração e os documentos exigidos na Nota de Conferência constante do anexo desta Instrução.

Art. 11. Concluída a instrução, a comissão ou o servidor emitirá relatório conclusivo, contendo as informações a que se refere o item V do anexo denominado Nota de Conferência.

Art. 12. Após a emissão do relatório de que trata o artigo anterior, os autos da tomada de contas especial serão encaminhados para manifestação do responsável pela unidade de Controle Interno do órgão ou da entidade jurisdicionada, que emitirá certificado de auditoria sobre a regularidade das contas e relatório conclusivo quanto a:

I. Apuração dos fatos, com indicação das normas ou dos regulamentos infringidos por cada um dos responsáveis;

II. Identificação dos responsáveis, indicando nome, CPF, endereço e, se servidor público, cargo e matrícula;

III. Quantificação do dano;

IV. Parcelas eventualmente recolhidas aos cofres públicos;

V. Inscrição, na conta contábil “Diversos Responsáveis” ou correspondente, das responsabilidades em apuração; e

VI. Providências adotadas para se prevenir a ocorrência de situações semelhantes.

Art. 13. O responsável pelo Controle Interno encaminhará os autos à autoridade administrativa competente para a instauração do procedimento, que atestará haver tomado conhecimento dos fatos apurados e indicará as medidas adotadas para o saneamento das deficiências ou irregularidades porventura constatadas, bem como para prevenir a ocorrência de falhas semelhantes.

Parágrafo Único. Na hipótese de a autoridade administrativa competente para a instauração do procedimento ser diversa do titular do órgão, este também deverá atestar o conhecimento dos fatos apurados e informar acerca das medidas a que se refere o *caput*.

Art. 14. A Controladoria Geral encaminhará os autos ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, por meio de ofício dirigido ao Conselheiro Presidente.

Art. 15. A comissão ou o servidor designado para conduzir o procedimento da tomada de contas especial, os responsáveis pelo Controle Interno do órgão e a autoridade administrativa competente

são responsáveis pela autenticidade das informações encaminhadas ao Tribunal de Contas do Estado e Minas Gerais, e por elas responderão, pessoalmente, caso venham a ser apuradas divergências ou omissões.

Art. 16. Os autos da tomada de contas especial serão encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais com a Nota de Conferência constante do anexo desta Instrução, devidamente preenchida e assinada, e com a documentação nela prevista.

§ 1º. Os relatórios integrantes dos autos conterão as assinaturas dos responsáveis pela sua elaboração e serão acompanhados da documentação instrutória, que, se constituída por cópia, deverá ser autenticada e conter a identificação do responsável pela autenticação.

§ 2º. Constatada a ausência de qualquer documento ou de informação essencial para o exame da tomada de contas especial, o Controladoria Geral, conforme o caso, fixará prazo para que a autoridade administrativa de origem promova a devida complementação.

Seção VI

Do encaminhamento da tomada de contas especial ao Tribunal de Cotas do Estado de Minas Gerais

Art. 17. Os autos da tomada de contas especial serão encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, para julgamento, em até 120 (cento e vinte) dias, contados da data da instauração do procedimento.

Parágrafo Único. Os autos não serão encaminhados, salvo por determinação em contrário do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, quando o valor atualizado do dano for inferior ao valor estabelecido pelo referido Tribunal decisão normativa.

Art. 18. As informações pertinentes ao procedimento de tomada de contas especial ou às outras medidas adotadas para o devido ressarcimento ao erário serão encaminhadas ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, por meio de demonstrativo, na hipótese prevista no parágrafo único do art. 17 ou se depois de instaurado o procedimento de tomada de contas especial e antes do seu encaminhamento ao referido Tribunal ocorrer:

I. Mesmo que extemporaneamente, a apresentação e a aprovação da prestação de contas ou a regular comprovação da aplicação dos recursos;

I. A devolução do dinheiro, dos bens ou dos valores ou o ressarcimento do dano; ou

III. Outra situação em que o débito for descaracterizado.

§1º. O demonstrativo a que se refere o *caput* será encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerias até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da instauração do procedimento ou da adoção das medidas para o ressarcimento do erário e conterà:

I. Os fatos ensejadores do dano;

II. As origens e as datas das ocorrências;

III. As normas ou os regulamentos infringidos;

IV. Os nomes e os números do CPF dos responsáveis;

V. Os cargos, as funções e as matrículas dos responsáveis, se servidores públicos;

VI. Endereço residencial e profissional dos responsáveis;

VII. Valor original do dano e, se for o caso, indicação das parcelas recolhidas; e

VIII. Informações quanto à inclusão dos nomes dos responsáveis no cadastro de inadimplência da Fazenda Pública Municipal.

§ 2º. O encaminhamento do demonstrativo não afasta a obrigatoriedade da adoção das medidas necessárias ao ressarcimento do dano e apuração das responsabilidades, na forma definida na legislação aplicável, devendo ser observado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Art. 19. Quando o somatório atualizado dos débitos de um mesmo responsável perante a administração pública direta, indireta e fundacional for igual ou superior ao valor estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a autoridade administrativa competente deve consolidá-los em um único processo de tomada de contas especial e encaminhá-lo ao referido Tribunal.

Seção VII

Das penalidades

Art. 20. O descumprimento do disposto no art. 4º desta Instrução caracteriza grave infração à norma legal, sujeitando a autoridade administrativa competente por parte do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais a aplicação de multa, nos termos do inciso II do art. 85 da Lei Complementar Estadual nº. 102 de 17 janeiro de 2008, sem prejuízo da responsabilidade solidária pelo dano causado ao erário.

Art. 21. O não encaminhamento dos autos da tomada de contas especial no prazo estabelecido no *caput* do art. 17 poderá ensejar, a autoridade administrativa competente, por parte do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, aplicação de multa, nos termos do inciso VII do art. 85 da Lei Complementar Estadual nº. 102 de 17 janeiro de 2008.

Art. 22. O descumprimento à determinação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais para que promova a complementação dos autos da tomada de contas especial, nos termos do § 2º do art. 16 desta Instrução, sujeitará a autoridade administrativa, por parte daquele Tribunal, à sanção prevista no inciso VII do art. 85 da Lei Complementar Estadual nº. 102 de 17 de janeiro de 2008.

Art. 23. O responsável pelo Controle Interno, ao tomar conhecimento das ocorrências referidas no art. 2º desta Instrução, alertará formalmente a autoridade administrativa competente para a adoção das medidas necessárias à promoção do integral ressarcimento ao erário.

Parágrafo Único. Verificada, nos procedimentos de fiscalização, irregularidade ou ilegalidade que não tenha sido comunicada de forma tempestiva ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e caracterizada a omissão, o responsável pelo órgão de Controle Interno, na qualidade de responsável solidário, ficará sujeito às sanções previstas na Lei Complementar nº 102 de 17 de janeiro de 2008, sem prejuízo de outras penalidades legalmente estabelecidas.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. Os autos da tomada de contas especial de que trata esta Instrução, bem como a relação dos procedimentos instaurados a que se refere o art. 6º e o demonstrativo a que se refere o art. 18 podem ser remetidos por meio de sistema informatizado.

Art. 25. Os débitos apurados serão atualizados e acrescidos de encargos legais com base nos índices convencionados ou adotados pela legislação específica, observado o que se segue:

I. Quando se tratar de ressarcimento do valor do dano, os juros de mora e a atualização monetária incidirão a partir da data do evento ou, se essa for desconhecida, a partir da ciência do fato pela autoridade administrativa competente;

II. Quando se tratar de desfalque ou desvio de bens, os juros de mora e a atualização monetária incidirão a partir da data do evento ou, se essa for desconhecida, a partir da ciência do fato pela autoridade administrativa competente, adotando-se como base de cálculo, no caso de desfalque, o valor da recomposição do bem e, no caso de desvio, o seu valor de mercado ou o de sua aquisição devidamente atualizado; e

III. Quando se tratar de omissão no dever de prestar contas, glosa, impugnação de despesa, desvio ou ausência de comprovação da aplicação de recursos repassados mediante convênio, acordo, ajuste ou outro instrumento congêneres, os juros de mora e a atualização monetária incidirão a partir da data do crédito na respectiva conta corrente bancária ou a partir do recebimento do recurso.

Art. 26. Os documentos que instruem os procedimentos de tomadas de contas especiais ou outras medidas adotadas para o devido ressarcimento ao erário deverão estar disponíveis, ordenados e atualizados, à disposição do Tribunal de Contas do Estado de Minas para exame *in loco* ou para remessa, quando requisitados.

Parágrafo Único. Os documentos a que se refere o *caput*, produzidos originalmente em formato digital, serão disponibilizados para acesso do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais em sistema informatizado e mantidos em base de dados que preserve a segurança, o compartilhamento, a confiabilidade e a integridade da informação.

Art. 27. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 28. Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

ANEXO 1

NOTA E CONFERÊNCIA		
ITEM		FOLHAS
I	Ofício de encaminhamento, assinado pelo titular do órgão ou dirigente da entidade;	
II	Ato de instauração da tomada de contas especial, devidamente formalizado, emanado da autoridade administrativa competente, contendo a descrição sucinta dos fatos e a expressa menção à data e à forma pela qual deles tomou conhecimento;	
III	Ato de designação de servidor efetivo ou de comissão de tomada de contas especial, acompanhado de declaração de que esses não se encontram impedidos de atuar no procedimento;	
IV	Cópia da comunicação ao Tribunal de Contas da instauração da tomada de contas especial;	
V	Relatório circunstanciado do servidor efetivo designado ou da comissão de tomada de contas especial com os seguintes elementos:	
A	Descrição cronológica dos fatos apurados, especificando o motivo determinante da instauração, a origem e a data da ocorrência do fato ou do seu conhecimento;	
B	Descrição das medidas administrativas internas adotadas nos primeiros 180 (cento e oitenta) dias, contados da ocorrência do fato ou da sua ciência;	
C	Ddos trabalhos de investigação, com a indicação das folhas nos autos dos documentos e instrumentos que respaldaram a conclusão da comissão ou do servidor efetivo;	
D	Demonstrativo financeiro do débito, contendo o valor original, o valor atualizado acompanhado da memória de cálculo e, se for o caso, o(s) valores da(s) parcela(s) recolhida(s) e a(s) data(s) do(s) recolhimento(s), com os respectivos acréscimos legais;	
E	Recomendação de providências a serem adotadas pela autoridade administrativa competente, de modo a evitar a ocorrência de outros fatos ensejadores de tomada de contas especial;	

F	Manifestação, quando da omissão de prestação de contas de recursos repassados pelo Estado ou pelo Município, ou de falta de comprovação da aplicação de recursos recebidos, acompanhada da documentação pertinente, sobre os seguintes elementos;	
	Cadastramento do termo de contrato, convênio ou instrumento congênere pela unidade executora responsável;	
	Retenção, pelo concedente, das parcelas vincendas, se for o caso;	
	Bloqueio do beneficiário por parte do concedente;	
	Inclusão do beneficiário em cadastro próprio de inadimplentes ou em situação irregular, se for o caso;	
	Devolução do valor devidamente corrigido, destacando-se as receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas; compatibilidade física e financeira da obra com os recursos repassados, se for o caso;	
	Aplicação dos recursos no objeto pactuado, incluídos os rendimentos auferidos em aplicações financeiras;	
	Devolução integral de recursos não utilizados na execução do objeto da avença, com indicação da origem dos recursos.	
G	Relação dos responsáveis, contendo nome, CPF, endereço e, se servidor público, cargo e matrícula, período de exercício, se for o caso, e elementos que permitam caracterizar o nexo de causalidade entre a conduta e o dano, bem como a culpa ou o dolo.	
VI	Cópias dos comprovantes de despesas;	
	Comunicações;	
	Pareceres;	
	Depoimentos colhidos;	
	Outros elementos necessários à apreciação do fato;	
VII	Cópias das notificações expedidas, relativas a cobranças;	
	Aviso de recebimento ou qualquer outra forma que assegure a ciência do notificado;	
	Manifestações do notificado, quando houver;	
VIII	Relatórios conclusivos de comissão de inquérito, de sindicância ou de processo administrativo disciplinar;	
	Relatório final de inquérito policial, caso o fato tenha sido comunicado à autoridade policial;	
	Decisões tomadas em processos administrativos ou em ações judiciais, com indicação da fase processual em que se encontram.	
IX	Relatório do órgão de controle interno, contendo manifestação conclusiva quanto a:	
A	A dequada apuração dos fatos, com indicação das normas ou dos regulamentos infringidos;	
B	Correta identificação dos responsáveis;	
C	Correta quantificação do dano;	
D	Parcelas eventualmente recolhidas aos cofres públicos;	
E	Inscrição, na conta contábil "Diversos Responsáveis" ou correspondente, das responsabilidades em apuração;	

F	Providências adotadas para se prevenir a ocorrência de situações semelhantes;	
X	Certificado do órgão de controle interno sobre a regularidade ou irregularidade das contas tomadas;	
XI	Pronunciamento do titular do órgão, do dirigente máximo da entidade ou de autoridade de nível hierárquico equivalente, no qual atestará haver tomado conhecimento dos fatos apurados e indicará as medidas adotadas para o saneamento das deficiências ou irregularidades;	
XII	Outros documentos que possam subsidiar o julgamento do Tribunal de Contas.	
Quando se tratar de tomada de contas especial instaurada por omissão no dever de prestar contas, falta de comprovação dos recursos repassados ou outras irregularidades de que resulte dano ao erário, relativas a convênio, acordo, ajuste ou instrumento congêneres, será instruída, além dos documentos acima referenciados, com os seguintes:		
A	Cópia das notificações feitas à entidade beneficiária;	
	Respectivos comprovantes de recebimento das notificações;	
B	Termo que formaliza a avença	
	Aditamentos, se houver;	
	Comprovantes de repasse de recursos;	
	Comprovantes de recebimento dos recursos;	
	Notas de empenho;	
	Ordens de pagamento;	
	Ordens bancárias;	
C	Processos licitatórios, de dispensa ou de inexigibilidade de licitação, em conformidade com os dispositivos da legislação de regência, se for o caso.	
O relatório do órgão de controle interno conterá, além das manifestações previstas no Item VIII desta nota de conferência:		
D	Parcelas eventualmente recolhidas aos cofres públicos;	
E	Inscrição, na conta contábil “Diversos Responsáveis” ou correspondente, das responsabilidades em apuração;	
F	Providências adotadas para se prevenir a ocorrência de situações semelhantes;	
XIII	Certificado do órgão de controle interno sobre a regularidade ou irregularidade das contas tomadas;	
XIV	Pronunciamento do titular do órgão, do dirigente máximo da entidade ou de autoridade de nível hierárquico equivalente, no qual atestará haver tomado conhecimento dos fatos apurados e indicará as medidas adotadas para o saneamento das deficiências ou irregularidades;	
XV	Outros documentos que possam subsidiar o julgamento do Tribunal de Contas.	

Quando se tratar de tomada de contas especial instaurada por omissão no dever de prestar contas, falta de comprovação dos recursos repassados ou outras irregularidades de que resulte dano ao erário, relativas a convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere, será instruída, além dos documentos acima referenciados, com os seguintes:

A	Cópia das notificações feitas à entidade beneficiária;	
	Respectivos comprovantes de recebimento das notificações;	
B	Termo que formaliza a avença;	
	Aditamentos, se houver;	
	Comprovantes de repasse de recursos;	
	Comprovantes de recebimento dos recursos;	
	Notas de empenho;	
	Ordens de pagamento;	
	Ordens bancárias;	
C	Processos licitatórios, de dispensa ou de inexigibilidade de licitação, em conformidade com os dispositivos da legislação de regência, se for o caso.	

O relatório do órgão de controle interno conterà, além das manifestações previstas no Item VIII desta nota de conferência:

A	Manifestação sobre a observância das normas legais e regulamentares pertinentes, por parte do concedente, com relação à celebração do termo, à avaliação do plano de trabalho, à fiscalização do cumprimento do objeto e à instauração tempestiva da tomada de contas especial;	
B	Comprovação de bloqueio e de inclusão, em cadastro de devedores, do beneficiado inadimplente ou em situação irregular, com vistas a impedir o recebimento de novas liberações financeiras.	

Quando se tratar de desfalque, desvio de bens, dinheiro ou valores públicos, bem como de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico que resulte em prejuízo ao erário, a tomada de contas especial será instruída com os seguintes documentos, além dos estabelecidos nos itens I a XI desta nota de conferência:

A	Comunicação formal do setor responsável pelo bem, dinheiro ou valores públicos;	
B	Cópia da nota fiscal de aquisição do bem ou termo de doação;	
C	Ficha individual de bem patrimonial ou ficha de movimento do material, contendo a descrição do bem, o número patrimonial, a data e o valor da aquisição e a sua localização;	
D	Cópia do contrato, convênio ou termo de cessão, quando se tratar de bens de terceiros;	
E	Orçamentos com valores atuais do bem ou similar;	
F	Cópia do boletim de ocorrência policial;	
G	Comprovação dos registros contábeis de baixa do bem e inscrição na conta de responsabilidade;	
H	Parecer conclusivo do órgão de correição administrativa competente, se for o caso.	

INSTRUÇÕES:

- 1. ESCREVA NO CAMPO 'FOLHAS' O NÚMERO DA(S) FOLHA(S) NA(S) QUAL(IS) SE ENCONTRA(M) O(S) DOCUMENTO(S) RELACIONADO(S).**
- 2. TODOS OS DOCUMENTOS EXIGIDOS CONTERÃO AS ASSINATURAS E QUALIFICAÇÕES DOS RESPONSÁVEIS.**
- 3. A PRESENTE NOTA DE CONFERÊNCIA SERÁ DEVIDAMENTE PREENCHIDA E ASSINADA.**
- 4. CONSTATADA A AUSÊNCIA DE QUALQUER DOS DOCUMENTOS RELACIONADOS NA NOTA DE CONFERÊNCIA, SEM A DEVIDA JUSTIFICATIVA, O TRIBUNAL ESTABELECE PRAZO AO ÓRGÃO OU À ENTIDADE PARA A DEVIDA COMPLEMENTAÇÃO DOS AUTOS.**

DATA:

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL: